



**Ana Carla Lima Torres**

**A Ocupação do Conjunto Residencial Dona Castorina e a  
Remoção de Favelas Cariocas na Década de 1950**

**Monografia de Graduação**

Monografia apresentada ao Departamento de História da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Romulo Costa Mattos

Rio de Janeiro

Fevereiro de 2020

## **Agradecimentos**

Ao Pré-Vestibular Comunitário da PUC-Rio.

A Vice- Reitoria Comunitária pela a concessão da bolsa de estudos.

Aos amigos Ana Cláudia, Késsia, Thiago, Felipe, Ana Paula e Leila.

Ao apoio e esforço da minha família para garantir essa oportunidade, especialmente da minha querida Alda.

A todos os professores que me proporcionaram tanto conhecimento.

Ao professor Ilmar e ao (PIBID) Programa de Bolsas de Bolsas de Iniciação à Docência.

A Professora Iamara pelo entusiasmo ao ensinar.

Ao meu orientador Romulo Mattos pela compreensão e incentivo.

## **Resumo**

Acreditava-se inicialmente que o conjunto residencial dona castorina estava inserido no contexto de remoção de favelas da década de 1960. Mas após reunir as fontes encontradas nos periódicos da hemeroteca digital na Biblioteca Nacional, conjugadas com as entrevistas - a história oral faz parte da metodologia utilizada na pesquisa - verificou-se que o Dona Castorina foi ocupado em 1952, após a remoção de uma favela chamada vila hípica, na Lagoa Rodrigo de Freitas. Por isso esse trabalho pretende investigar a história da ocupação do Conjunto Habitacional Dona Castorina e simultaneamente compreender os projetos políticos voltados para as favelas cariocas na década de 1950, como uma forma de captar um período da história das favelas menos estudada pelos historiadores, se comparado à década posterior marcada pelo projeto de extinção de favelas.

## **Palavras Chave**

Conjunto Residencial Dona Castorina, Vila Hípica, Remoção de Favelas.

## **Sumário**

1. Introdução	5
2. O conjunto residencial Dona Castorina e a remoção de Favelas na década de 1950	9
2.1. A ocupação do conjunto Residencial Dona Castorina	9
3. Entrevistas	21
4. Conclusão	43
5. Fontes	46
6. Referências Bibliográficas	47

## Introdução

Essa pesquisa tem como tema a história da ocupação do conjunto residencial Dona Castorina, localizado no bairro do Horto, no Rio de Janeiro. Inicialmente havia o interesse em estudar a história de um conjunto habitacional construído para receber os removidos de favelas, a partir da década de 1960. O Dona Castorina estava inserido nesse contexto, de acordo com a lista apresentada por Valladares (1978,p.40). Então, foi escolhido como uma forma de diferenciar o trabalho, pois estava localizado na zona sul do Rio de Janeiro, enquanto o projeto vigente pretendia retirar os favelados das regiões mais valorizadas da cidade.

A metodologia utilizada para compreender a história do conjunto habitacional Dona Castorina foi a história oral. Logo foi elaborado um roteiro de perguntas gravadas e transcritas. A participação da amiga Brenda com família antiga residente no Dona Castorina, contribuiu para a adoção dessa metodologia de pesquisa, pois facilitou o contato com a administração, que indicou as famílias mais antigas. Alguns entrevistados logo se disponibilizaram a participar, enquanto outros apresentaram o medo de contar a história errada sobre a ocupação do conjunto. Portanto um dos obstáculos dessa pesquisa foi desconstruir a ideia de buscar a verdade atribuída ao ofício do historiador.

Mas as datas da ocupação citadas pelos entrevistados - quando eles ou as suas respectivas famílias chegaram ao conjunto - não convergiam com a década de 1960. Depois de pesquisar as fontes no site da biblioteca nacional, na hemeroteca digital, conjugada com as bibliografias, verificou-se que na verdade o Dona Castorina foi ocupado no ano de 1952, após demolição da Favela da Vila Hípica. Depois disso, o objeto da pesquisa foi mantido - a história do Dona Castorina - mas o contexto histórico analisado passou para a década de 1950,

buscando averiguar se somente essa favela foi removida ou se havia um projeto de remoção presente nessa década.

O livro *Favelas Cariocas (1930-1964)* de Silva (2005) foi a única bibliografia a citar especificamente o Dona Castorina, fundamental para identificar a sua data de ocupação, além de expor a dualidade presente na legislação das favelas. Pois, apesar de ser vista como uma questão social na década de 1950, as favelas foram alvo de despejos parciais ou totais. Por vezes não foi possível resistir à ação da Prefeitura, que se baseava na legislação que mantinha as favelas como território ilegal para remover os “barracos”.

Já Gonçalves (2013) analisa a história das favelas cariocas, especificamente pelo viés do Direito. Foi incluído no debate para apresentar como a legislação criada para regular as favelas manteve o controle desses espaços. Pois reconhecia o território das favelas, mas o mantinha na ilegalidade, podendo ser removido a qualquer momento. O título do capítulo “Tolerar sem consolidar” de Gonçalves (2013, p.205) explica a dúbia posição ocupada pelas as favelas, que viam seus movimentos de resistência restritos, devido à ilegalidade territorial. Apesar disso, aponta que a década de 1950 foi marcada pela a negociação entre o poder público e os favelados e nenhum projeto de extinção de favelas foi colocado em ação.

A terceira bibliografia do autor Bonduki (2011) foi incluída no debate para apresentar que na década de 1950 houve uma descontinuidade em relação ao projeto de moradias populares inaugurado por Getúlio Vargas na década de 1930. Pois, primeiramente, somente trabalhadores formais, contribuintes dos IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões) poderiam acessar um financiamento habitacional, mas a remoção de favelas e a escassez de locais disponíveis provocou a transferência de moradores de favelas para conjuntos residenciais disponíveis, como o Dona Castorina.

Para fechar o debate foi incluído o artigo do autor Burgos (2004) para apresentar como a Prefeitura, em parceria com a Igreja Católica, desenvolveu políticas públicas interessadas em controlar as favelas. Baseadas na concessão de

direitos mínimos, que implicavam na submissão das lideranças políticas faveladas ao controle dessas instituições.

Os capítulos foram divididos da seguinte forma: O primeiro capítulo foi subdividido em dois tópicos; o primeiro se dedicou especificamente à história da ocupação do Dona Castorina através da análise das fontes encontradas na hemeroteca digital, no site da biblioteca nacional. O segundo tópico se dedicou ao contexto histórico da década de 1950, para compreender se o projeto de remoção de favelas esteve presente nessa década e como o poder público e os demais agentes sociais se posicionaram diante da autonomia e do crescimento alcançado pelas as favelas. Enquanto o segundo capítulo se dedicou à história do Dona Castorina por meio das entrevistas concedidas pelas famílias que vivem no dona Castorina, desde o início da ocupação até a atual inserção no bairro do Horto, passando pela relação entre os vizinhos para compreender quais foram os desafios enfrentados e se havia ou ainda há um estigma sobre os conjuntos habitacionais.

## 2

### O conjunto residencial Dona Castorina e a remoção de Favelas na década de 1950

#### 2.1. A ocupação do conjunto Residencial Dona Castorina.

Para identificar a data da ocupação do Dona Castorina foram consultadas duas bibliografias, de Silva (2005, p.290) que aponta o ano de 1952 como a data da ocupação do Dona Castorina, enquanto Valladares (1978, p.40) o inclui na lista de conjuntos habitacionais construídos pela a COHAB ( Companhia de Habitação Popular)<sup>1</sup>, em 1962. Mas as buscas na hemeroteca digital, no site da Biblioteca Nacional, indicam que o conjunto foi ocupado em 1952, após a retirada da favela da Vila Hípica, localizada na Lagoa Rodrigo de Freitas. O periódico *Jornal do Brasil* cita o desaparecimento da favela da Vila Hípica no ano de 1952:

*“Com os barracos destruídos por tratores e posteriormente queimados os destroços. As famílias desabrigadas foram mandadas para o conjunto residencial Dona Castorina, da Prefeitura e para Areal na Avenida Brasil, onde estão disponíveis 400 apartamentos para abrigá-los. Em seguida seria iniciada a remoção das favelas da orla marítima especialmente da Avenida Niemeyer. A fim de prestar esclarecimentos, o Senhor Guilherme Romano, interventor de favelas se reuniu com o Prefeito.”*<sup>2</sup>

De acordo com esse trecho, o incêndio da favela Vila Hípica, que provocou a remoção das famílias desabrigadas para o conjunto o Dona Castorina foi autorizado pela a Prefeitura e coordenado pelo interventor de favelas. O próximo periódico se diferencia do primeiro ao enfatizar a violência aplicada na retirada da favela. Além de indicar a participação dos Prefeitos na construção e inauguração

---

<sup>1</sup>Criada como uma agência habitacional. Caberia a COHAB o melhoramento e a urbanização das favelas, mas este objetivo foi substituído pela a construção de habitações de baixo custo. Valladares, 1978, p. 24.

<sup>2</sup>Alojados em apartamentos as 440 famílias da vila hípica. Rio de Janeiro, 1 de maio de 1952.

do Dona Castorina: Mendes de Moraes, responsável pela a construção e João Carlos Vital, responsável por autorizar a remoção da favela Vila Hípica:

*“Coordenada pelo Sr. Guilherme Romano, responsável pelo problema das favelas, foram destruídos os barracos nas proximidades da vila hípica, deixando as famílias em situação deplorável, com desabrigados. Depois foram transferidos para o inacabado conjunto residencial dona castorina, cuja construção foi iniciada por Mendes de Moraes, fazia parte das primeiras comemorações do primeiro aniversário do Prefeito, sr. João Carlos Vital. Aconteceu, porém que o número de habitantes dos sórdidos casebres era algumas vezes superior a capacidade do conjunto residencial, decorrendo então a necessidade de abrigar o excedente em outros pontos da cidade, ainda que em outras favelas. Algumas famílias foram transportadas em caminhões sob as vistas de soldados da polícia da vigilância para a praia do pinto e para a penha.”<sup>3</sup>*

O estado deplorável das famílias destacado no trecho acima revela a ausência de um projeto consistente no tocante a disponibilidade de habitações para receber favelados removidos, sendo transferidos para locais inabitados como o Dona Castorina, Penha ou até mesmo para outras favelas. Mas o coordenador de favelas e o Prefeito se defendem das acusações, utilizando exatamente a disponibilidade de habitações para mostrar que somente os favelados insatisfeitos com os novos conjuntos reclamavam:

*“Concluíram que a favela foi destruída pelo Sr, Melquiades Almeida, os favelados ficaram sem ter para onde ir, pois não havia espaço para todos no Dona Castorina e ninguém queria ir para a Penha. Mas, o Sr, Guilherme Romano discorda, afirmando que não mandou destruir a favela, e quando a viu arder em fogo, foi ao gabinete do Prefeito, que mandou instalar os desabrigados em um conjunto residencial na Penha. Segundo o Senhor Guilherme, que supervisionou a mudança das famílias da Vila Hípica para a Estrada Dona Castorina, toda a violência anunciada não passava de um exagero. Havia critérios para selecionar as futuras famílias, sendo escolhidas primeiro as regularmente constituídas, que*

---

<sup>3</sup>Diário de Notícias, Destruídos Violentamente os Barracos da Vila Hípica, Rio de Janeiro, 29 de abril de 1952

*deveriam pagar Cr\$150 por mês. As famílias que não queriam ir para a Penha reclamaram muito da remoção da favela vila hípica.”<sup>4</sup>*

A ausência de um projeto habitacional para receber os favelados desabrigados pelo incêndio também pode ser observado nas próximas ações municipais. De fato, não é possível comprovar se o incêndio foi intencional, principalmente em uma região tomada por “barracos”, onde o fogo se alastra com facilidade. Mas uma breve observação sobre a atuação do Prefeito revela o interesse em retirar não somente a Vila Hípica, como todas as favelas que ocupavam a Orla da Lagoa Rodrigo de Freitas. Isso pode ser observado na notícia “Barracos Abaixo”, baseada nos dados do censo e no relatório da Fundação Leão XIII, que apresenta o número de casas próprias e alugadas no pavão, pavãozinho e Cantagalo. Levantou as categorias profissionais que incluía comerciários, industriários, funcionários públicos, marítimos, trabalhadores em transporte, serviços domésticos, soldados e trabalhadores por conta própria. A intenção era remover as famílias que ocupavam as margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, como a praia do pinto e Cantagalo para a rocinha. A Prefeitura seria responsável por todos os gastos. Mas *“a primeira favela a ser destruída foi a Vila Hípica. No dia 23 de abril, derrubaram todos os barracos que ficavam atrás da Sociedade Hípica Brasileira - e tocaram fogo. A maioria dos seus moradores foram transferidos para um conjunto residencial na Estrada Dona Castorina, com 252 apartamentos”<sup>5</sup>*. No mês seguinte foi a vez da favela do Peixoto em Copacabana. Era uma favela nova e as famílias foram enviadas para um conjunto do IAPI. Depois foi a favela do Sacopã, antes a Prefeitura construiu barracos para abrigá-los.

Portanto, os periódicos se dividem ao apresentar a retirada da favela da Vila Hípica, enquanto uns enfatizam a violência empregada pela Prefeitura, outros oferecem espaço para a defesa das autoridades envolvidas. Mas, a partir dessa análise é possível compreender que havia um projeto interessado em retirar as

---

<sup>4</sup>Tribuna da imprensa, Protestos da destruição da favela da vila hípica, Rio de Janeiro, 30 de abril de 1952.

<sup>5</sup>Tribuna da Imprensa, Barracos Abaixo, Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1952.

favelas da Lagoa Rodrigo de Freitas, que se concretizou, no caso da Vila Hípica e de outras favelas. Sendo responsabilidade da Prefeitura construir novas habitações para transferir os favelados despejados. A ausência de recursos, porém, os levou a enviá-los para conjuntos residenciais, possibilitando a entrada de famílias faveladas em habitações que não foram construídas com essa finalidade. Havia, no entanto, uma série de reclamações sobre a estrutura desses conjuntos. Por isso a recusa dos favelados citada pelo Prefeito, que preferiram voltar para a favela. Pois, além precariedade, havia a distância, como em Areal na Avenida Brasil. Portanto, para os favelados foram designados os piores conjuntos residenciais. Além disso, não havia conjuntos disponíveis para abrigar todos favelados removidos.

A Prefeitura, no entanto, não desistiu do projeto de extinção de favelas, desrespeitou a Lei, que proibia a edificação de novos barracos em favelas para receber famílias removidas, como ocorreu no morro do Simão. (Silva,2005, p.205) A violência aplicada pela a Prefeitura tinha o respaldo da Lei, do código de obras de 1937, que autorizava a remoção de “*barracos*”, com apenas 24 horas de antecedência.<sup>6</sup>

Mas a remoção da Vila Hípica e de outras favelas fortaleceu o debate sobre o direito de permanência dos favelados, estimulando novos argumentos para questionar a legalidade da ação da Prefeitura. Como o interesse em retirar a favela da catacumba pelo senhor Guilherme Romano por ordem do prefeito, acabou estimulou debates sobre o interesse da prefeitura em afastar os favelados para beneficiar ricos proprietários de terrenos, assim como na Vila Hípica. Sendo mais fácil conceder terrenos para os administradores do que entrar na justiça para promover o despejo.<sup>7</sup>

Além da violência empregada na retirada da favela, as famílias tiveram que aceitar nova habitações com estrutura precária e pagar novas taxas. O periódico *Tribuna da Imprensa* apresentou “As irregularidades presentes no Dona Castorina”. Pois para viver no conjunto da Prefeitura pagava-se 60 cr\$ por mês,

---

<sup>6</sup>Diário Carioca, Os favelados Não..., Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1952.

<sup>7</sup>Diário de Notícias, Interesses Escusos no Despejo da Favela da Catacumba, Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1952.

mas o local não apresentava a estrutura adequada.<sup>8</sup> Depois fez uma nova denúncia, desta vez pela falta d'água, ressaltando que o pagamento de aluguéis em oposição a ausência de estrutura levou o Vereador Paulo Areal a solicitar da Prefeitura a abertura de um inquérito para investigar o desvio da quantia arrecadada no conjunto para pagar a conta de luz.<sup>9</sup> Segundo o periódico *Tribuna da Imprensa*, os apartamentos foram entregues após a remoção de duas dezenas de humildes servidores municipais, por se tratar de uma construção pertencente à Prefeitura.<sup>10</sup> Quando já estavam assentados passaram a pagar aluguéis em troca de melhorias:

*“Os apartamentos foram feitos pela Prefeitura e entregue, semi construídos, aos funcionários. Com eles a prefeitura fez um acordo: se terminassem a construção, lá poderiam residir sem nada pagar. Isso de fato ocorreu no início. Tempos depois, porém, o administrador resolveu fazer um novo acôrdo: eles passariam a pagar os seus aluguéis e o total de contribuições iria servir para a melhorias do conjunto. As contribuições foram feitas e essas melhorias até agora não apareceram.”*<sup>11</sup>

O requerimento aberto por Paulo Areal não resolveu os problemas do Dona Castorina, mas revelou um posicionamento político contrário ao projeto da Prefeitura, preocupada com a extinção das favelas, sem oferecer condições adequadas para as famílias nas novas habitações.

Portanto a ausência de infraestrutura esteve presente no cotidiano dessas famílias. A nomeação de um administrador pela a Prefeitura não foi capaz de resolvê-lo. A narrativa dos entrevistados no próximo capítulo indica que a união entre as famílias foi de suma importância para melhorar a estrutura física do conjunto, além de finalizar a construção dos seus respectivos apartamentos.

---

<sup>8</sup>Tribuna da Imprensa, Irregularidades do Conjunto Dona Castorina, Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1953.

<sup>9</sup>Diário Carioca, O Novo Prefeito Vai Começar com um Pedido de Inquérito, Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1952.

<sup>10</sup>Tribuna da Imprensa, Por Ordem de Romano Puseram fogo na Vila Hípica, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1952.

<sup>11</sup>Tribuna da Imprensa, Moradores do “Dona Castorina” Têm Água nem luz, Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1954.

Para finalizar esse tópico destaca-se que o acordo entre a Prefeitura e as famílias despejadas na década de 1950, de terminar a construção do conjunto e tornar-se proprietárias, foi reconhecido depois de mais de dez anos após a ocupação. As taxas, no entanto, não foram suspensas, como pode ser observado na transposição da condição de inquilinos, que pagavam aluguéis a proprietários dos apartamentos.

*“Carlos Lacerda entregou, em cerimônia no conjunto residencial Dona Castorina, as escrituras de venda dos duzentos cinquenta e dois apartamentos do conjunto dona castorina, à rua Pacheco Leão, no Jardim Botânico. Essa providência visa beneficiar os atuais moradores daquele conjunto residencial, que ali residem há mais de dez anos, como simples inquilinos.”<sup>12</sup>*

O trecho destacado também explica a divergência entre a bibliografia consultada, o site da hemeroteca digital com a lista citada no livro *Passa-se uma casa* sobre a data da ocupação do Dona Castorina. Pois o primeiro e segundo levam em consideração a ocupação do Dona Castorina após a remoção da Vila Hípica, enquanto Valladares (1978,p.40) o inclui na lista de conjuntos habitacionais construídos no governo do governador Carlos Lacerda na década de 1960.

## **2.2. Favelas no Centro do Debate Político**

O primeiro tópico foi dedicado à história da ocupação do Dona Castorina. Agora já se sabe que o Conjunto foi ocupado devido a retirada de uma favela, a Vila Hípica. A pesquisa mostrou que havia um projeto interessado em retirar outras favelas. Por isso, esse tópico se dedicou a compreensão do contexto social e político que colocou a extinção das favelas no centro do debate na década de 1950.

Para atender ao objetivo foi analisado o papel habitação social, que se destacou desde o início do primeiro governo do Presidente Getúlio Vargas estimulando a construção de habitações. Para isso foi desviado parte dos recursos

---

<sup>12</sup>A Luta Democrática, Violências Policiais, Rio de Janeiro, 27 de março de 1965.

dos IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões). Os institutos criados para garantir a seguridade do trabalhador, em caso de doença, morte ou envelhecimento era divididos em categorias profissionais: IAPM (marítimos), IAPB (bancários), IAPC (comerciários), IAPI (industriários), IAPETEC (condutores de veículos e empregados de empresas de petróleo) e IAPE (estivadores). (Bonduki,2011,p.102). Cada um desses grupos possuía um regimento próprio. A saúde financeira desses órgãos permitiu o desvio de parte dos recursos para a construção de habitações sociais. Assim foram criadas as carteiras prediais para facilitar a compra ou aluguel de imóveis pelos trabalhadores filiados aos respectivos institutos.

Além disso, tratava-se de atender a uma necessidade, pois o acesso à habitação era uma questão, com o congelamento dos aluguéis na década de 1950. A habitação social se tornou um meio de atrair o apoio dos trabalhadores, principalmente em momentos políticos marcados pelo autoritarismo, como no Estado Novo (1937-1945). Esse movimento também foi observado no governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1947-1951), governado sob regime democrático manteve, contudo, todo um aparato repressivo para controlar os movimentos sociais. Interditou os movimentos trabalhistas, proibiu manifestações em sindicatos, fechou cassinos e suspendeu o aumento anual do salário mínimo.(Gonçalves, 2013,p.144)

No entanto, continuou investindo em habitações populares. Criou a Fundação Casa Popular, que pretendia facilitar ao povo meios de adquirir uma habitação em zona rural ou urbana. Mas segundo Gonçalves (2013,p.144), a análise sobre o número de habitações entregues pela a fundação indica um resultado abaixo das expectativas. De acordo com Bonduki (2011,p.119) a Fundação Casa Popular foi prejudicada pelos interesses burocráticos nos IAPs. Pois, tratando-se de um órgão federal, pretendia centralizar todos os recursos dos institutos destinados à habitação. Mas enfrentou forte oposição dos funcionários, que não queriam perder o controle sobre os recursos financeiros.

Esses projetos, no entanto, não atendiam os favelados, pois foram criados para trabalhadores formais, com carteira assinada, incluídos em um dos IAPs. A

atuação do Prefeito do Distrito Federal, Mendes de Morais (1947-1951) indica o caráter repressivo das medidas que visavam erradicar das favelas:

*“Criada uma comissão que trabalhou em paralelo com a Comissão Interministerial Federal supracitada, definindo: 1) O retorno dos favelados aos seus antigos Estados de Origem, 2) A transferência dos favelados mais velhos para asilos, 3) A expulsão das favelas de todas as famílias mais abastadas, 4) A intensificação da construção de habitações pelos IAPs para os favelados pensionistas dos diversos institutos.”*<sup>13</sup>

*“Na década de 1950, cresceram os órgãos dedicados a observação das favelas. O Distrito Federal já dispunha de três órgãos: A Fundação Leão XIII, A fundação Casa Popular e o Departamento de Assistência da Prefeitura, a Autarquia das Favelas seria o quarto órgão, aumentando os gastos sem solução para o problema das favelas, que se revolvia construindo casas, porém não havia dinheiro para isso.”*(Silva,205 ,p.131)

A Autarquia das Favelas era o único órgão local, centrado apenas na política para favelas. Depois de ser aprovado em primeira e segunda votação na Câmara, foi vetado pelo o Prefeito e depois recusado pelo veto do Senado. (Silva,205, p.131)

O Prefeito, João Carlos Vital, responsável por remover as famílias desabrigadas da favela Vila Hípica para o Dona Castorina, manteve o projeto remocionista. Em uma entrevista declarou a remoção das favelas como uma solução desejada:

*“Aquela favela (a vila hípica) enfeitada tanto Lagoa Rodrigo de Freitas, era um quadro tenebroso aos olhos de quem procurava ver as belezas da Lagoa, onde só se viam imundices, casebres caindo aos pedaços, razão pela qual fiz remover a favela da vila hípica.”*<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup>Diário Carioca, Outro Órgão para Acabar Com as Favelas Quando já existem 3, Rio de Janeiro, 8 de maio de 1952.

<sup>14</sup>Última Hora, Favelas, Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1952.

Esta, porém não foi a única favela removida pelo Prefeito. Logo depois da Vila Hípica foi destruída a favela do Peixoto, no bairro do Peixoto, em Copacabana. Os barracos estavam começando a emergir. Os favelados foram transferidos sem nenhum alarde para um conjunto do IAPI, em Areal. Portanto, essas famílias foram transferidas para um conjunto residencial do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários) e não ofereceram nenhuma resistência, indicando a entrada de favelados nos conjuntos construídos especificamente para uma categoria profissional, dos industriários. A mesma notícia no *Tribuna da Imprensa* apresenta que logo depois foi a favela do Sacopã. A Prefeitura construiu barracos no Maracanã e em Roquete Pinto para 60% das famílias que foram removidas, os demais possuíam terrenos próprios. Agora, Romano pretendia destruir o restante das favelas localizadas no fundo da Lagoa Rodrigo de Freitas.<sup>15</sup>

O Prefeito não conseguiu concretizar seu plano de remover todas as favelas da Lagoa. Mas é importante ressaltar que a Prefeitura desrespeitou a Lei, quando construiu novos barracos para abrigar as famílias despejadas. (Silva,2005, p.205)

Apesar disso, uma parcela dos pesquisadores afirmam que a década de 1950 foi marcada por ampla flexibilização e negociação, pois a favela era tratada como uma questão social. Mas, observa-se que na Câmara dos Deputados, votavam a favor de desapropriações referentes a processos antigos, portanto, às vezes não era possível negociar. Assim foram realizados inúmeros despejos parciais ou integrais de famílias faveladas. A Prefeitura transferiu os desabrigados para outras favelas ou utilizou os poucos conjuntos habitacionais disponíveis, como o Dona Castorina (Silva,2005,p.130).

Gonçalves (2013,p.160) aponta que apesar da ilegalidade das favelas, nenhuma política institucional foi implantada para erradicá-las. Em 1953, o serviço de recuperação de favelas foi substituído por uma comissão de favelas, que reafirmou a proibição de remover favelas sem a construção prévia de habitações. Portanto, após a redemocratização em 1945, se tornou mais fácil a negociação entre favelados e agentes externos, incentivada pelo clientelismo,

---

<sup>15</sup>Tribuna da Imprensa, Barracos Abaixo, Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1952.

baseado na relação assimétrica dos favelados, que recorriam a políticos em campanha para conseguir favores pessoais ou coletivos e em troca ofereciam votos, ficando conhecida como política da bica d'água. Destaca, contudo, que a legislação legitimou um controle mais rigoroso sobre as edificações sólidas nas áreas mais centrais da cidade:

*“Comparando os setores, verificamos que o setor 1 (Zona Sul) é o mais primitivo. Todos os seus índices de comodidade são muito inferiores à média (...). Pelo contrário, o setor 5 demonstra o maior nível de civilização. Todos os seus índices, menos os que correspondem à luz e aparelhos elétricos (que só em parte dependem da vontade dos moradores) são superiores à média. (...).”*(Gonçalves,2013,p.177. Apud. Ipeme, Favelas e Favelados do DF...p.14)

Esse resultado estava relacionado ao maior controle das favelas na zona sul. Devido ao perigo da remoção, as famílias preferiam investir em bens duráveis que pudessem levar, caso o “*barraco*” fosse destruído, enquanto o menor risco de remoção nas favelas fora desse grupo estimulava o investimento na estrutura da habitação.

A Vila Hípica estava inserida no grupo de favelas mais precárias, assim como as demais removidas pelo Prefeito João Carlos Vital. As favelas removidas não eram as maiores do Distrito Federal, mas o Prefeito junto com o coordenador de favelas desejava remover as demais favelas da zona sul, inclusive as mais extensas e habitadas:

*“O próximo objetivo do Sr. Romano é a praia do pinto, caso continue no cargo por muito mais tempo. Tratava-se da maior favela da zona sul, com cerca de 12 mil moradores.*

*É uma obra de tamanho vulto a destruição da favela praia do pinto, que o Sr. Romano preferiu começar pelos trabalhos de urbanização, abrindo ruas e fazendo uma limpeza geral. O ambiente lá, hoje, é muito diferente de 6 meses atrás.*

*Mas o objetivo é acabar a favela.”<sup>16</sup>*

Havia vozes contrárias, junto com a lei que impedia a destruição de favelas sem oferecer residências para transferi-los, somado ao governo democrático, que dificultou a expansão de uma remoção autoritária em outras favelas, além das citadas na pesquisa. Mas isso não diminuiu a importância dos projetos remocionistas dos dois Prefeitos do Distrito Federal, Mendes de Moraes e João Carlos Vital. Pois a ameaça de remoção – e às vezes a concretização - se desenvolveu simultaneamente com a negociação. Diante da impossibilidade de extingui-las restava o medo, utilizado para controlar a população favelada na década de 1950. Além de um empecilho aos interesses imobiliários, as favelas representavam um perigo à manutenção da ordem social.

Assim, a condição das favelas, marcadas pela ausência de infraestrutura, estigmatização e violência, despertou o temor da expansão dos comunistas. Pois o Partido Comunista obteve resultados satisfatórios após a redemocratização, em especial no Rio de Janeiro. Mas o governo do Presidente Gaspar Dutra, marcado pelo autoritarismo, promoveu a cassação dos mandatos políticos, e em seguida do partido político. A ilegalidade, no entanto, não impediu a entrada dos comunistas nas favelas. (Gonçalves,2013,p.145) Mas no governo de João Carlos Vital, o partido comunista volta para a legalidade constituindo uma preocupação para os atores políticos e sociais.

O debate sobre o “*problema*” das favelas não se restringiu às instâncias políticas. Vários jornais também se dedicaram ao tema, como o jornalista Carlos Lacerda, que escreveu uma série de artigos, publicados no jornal *Correio da Manhã*, em 1948. Intitulada de “*A Batalha do Rio de Janeiro*”, narrava a condição das favelas e dos favelados. Segundo Gonçalves (2013,p.146) esses artigos foram transformados em capital político, pois se apresentavam como uma terceira opção, além do comunismo e dos partidos políticos que defendiam a extinção das favelas. Para isso o jornalista defendeu a ponderação ao trabalhar com favelas e a melhora na estrutura para elevar a condição material do favelado, afastando assim a

---

<sup>16</sup>Tribuna da Imprensa, Barracos Abaixo, Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1952.

entrada do comunismo. Carlos Lacerda ressalta que a "batalha" não era uma cruzada contra o comunismo e tinha como objetivo ampliar o debate sobre as favelas, incentivando a ação dos diversos agentes sociais. A dualidade das suas propostas causava dúvida nos favelados, pois não entendiam se a batalha era contra ou a favor das favelas. Essa dúvida não foi sanada, mas os seus artigos convocavam a ação de todos os setores sociais menos dos favelados, que permaneciam apenas como receptores das políticas públicas.

Apesar disso, Burgos (2004,p.29) destaca que os favelados conquistaram mais autonomia na década de 1950. Estabelecendo veículos sólidos e formação de lideranças faveladas, formando uma relação orgânica com partidos políticos. Portanto, o crescimento das favelas, somado ao medo do comunismo exigiu do Estado mais cautela ao formular políticas públicas. As instituições criadas para atuar no interior das favelas com parceria da Igreja Católica e a Prefeitura, garantiu o acesso ao mínimo de infraestrutura e direitos sociais para os favelados, mas em troca visava o controle da população.

Mas no final da década de 1950, a política de negociação com a presença de instituições religiosas apresentava desgaste. A autonomia dos favelados levou o Estado a controlar as favelas apenas pelo viés político, como pode ser observado na revitalização do Serfha (Serviço de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas) na década de 1960, que assumiu novas funções, principalmente de alavancar a urbanização de favelas por meio de mutirões, além de capacitar os favelados a lidarem com autoridades estatais sem depender de favores políticos. Por isso estimulam criação de associações onde ainda não havia. Mas somente as associações de favelas que concordassem poderiam concorrer à urbanização e em contrapartida teriam suas atividades controladas, como indica o trecho a seguir:

*“Solicitar a autorização da Coordenação para a melhoria das casas, especificando as necessidades de reparo e manutenção; (...) Impedir a construção de novos barracos, vindo, quando necessário, a esta coordenação para apoio policial.”* (Burgos,2005, p.32)

Gonçalves (2013,p.215) destaca que o governador do Estado da Guanabara (1960-1965), Carlos Lacerda manteve a política de tolerância às favelas até meados governo. Mas houve uma aproximação entre Estados Unidos e os países da América do Sul, por medo de uma nova revolução cubana. Por isso investiu no desenvolvimento econômico e social. No Brasil, a USAID (Agência Norte-Americana de Desenvolvimento) pretendia investir na construção de habitações populares e desenvolvimento das favelas. Carlos Lacerda, no entanto, cedeu à pressão imobiliária e, embora mais custoso, promoveu o programa de extinção de favelas e construção de conjuntos habitacionais para receber os favelados removidos.

*“Não obstante, com o golpe militar, criaram-se as condições necessárias para a aventura remocionista.(...) Diante do que estava por vir, pode-se dizer que a escalada das remoções realizadas até 1965 foi modesta, embora tenha atingido cerca de 30 mil pessoas.”* (Burgos, 205, p.34)

Entende-se, portanto, que o programa de remoção de favelas adotado por Carlos Lacerda também esteve presente nos projetos políticos na década de 1950. Mas a ausência de recursos para construir novas habitações para os favelados conteve a extinção de mais favelas. Os favelados despejados nesta década foram enviados para locais disponíveis, como para os conjuntos residenciais, nomenclatura que os diferencia dos conjuntos habitacionais citados por Valladare (1978,p.40). Diante disso, a postura adotada pelos agentes sociais e políticos foi a de tolerância, pois tratavam-se de espaços irregulares que dependiam do poder público para obter serviços básicos. Mas esse posicionamento estimulou o envolvimento dos favelados com a política, obrigando o Estado a renovar suas estratégias de controle. A entrada do investimento norte-americano, portanto, representou uma possibilidade de urbanizar as favelas. Carlos Lacerda, no entanto, preferiu a extinção, colocando em prática o interesse dos antigos Prefeitos de remover as favelas da Lagoa Rodrigo de Freitas, indicando que a principal diferença entre a década de 1950 e a década posterior, marcada por intensas

remoções, estava relacionada a ausência de recursos para construir habitações populares especificamente para os favelados.

### 3

## Entrevistas

Esse capítulo pretende analisar especificamente as entrevistas concedidas pelos moradores do Conjunto Habitacional Dona Castorina para compreender qual a sua origem, se viviam em Favelas ou foram removidos e porque escolheram esse conjunto habitacional para viver. Essas indagações foram feitas para contar a história da ocupação do Conjunto, além de analisar o desenvolvimento das relações sociais entre essas famílias e a sua interação com o bairro do Horto.

Antes de dedicar-se a esse objetivo será apresentada a metodologia utilizada nas entrevistas. Primeiro foi elaborado um roteiro de perguntas apresentado a todos os entrevistados para facilitar a organização e comparação das narrativas, que foram gravadas e transcritas. Os cinco entrevistados são moradores antigos. Seguem as perguntas para apresentar ao leitor a sua finalidade.

- 1) Onde você e a sua família viviam antes de morar no Dona Castorina?
- 2) Por que vieram morar no Dona Castorina?
- 3) A sua vida melhorou ou piorou depois da mudança para o Conjunto?
- 4) Como você fez para se organizar no início da ocupação?
- 5) Era difícil viver no Dona Castorina no início da ocupação?
- 6) Como era sua relação com os vizinhos? Havia rivalidade no Dona Castorina?
- 7) O que significa para você viver no Dona Castorina?
- 8) Qual a sua relação com os moradores do entorno?
- 9) Como é a sua relação com o bairro do Horto?
- 10) Como é morar no Dona Castorina?
- 11) Por que o Dona Castorina também é conhecido como balança?

Esse foi o ponto de partida para identificar quais são as semelhanças e as diferenças entre as narrativas, e partir delas desenvolver um texto, que consiga conjugar essas memórias, levando em consideração as suas especificidades.

Assim, o primeiro entrevistado inicia sua narrativa, lembrando onde vivia com a família antes de mudar-se para o Conjunto Habitacional Dona Castorina. Duas datas marcam essa memória, a sua idade e o Pós-Guerra:

*“Nós morávamos em São Januário em São Cristóvão, pós-guerra, nas imediações do Morro do Tuiuti, sete anos, de lá pra cá minha mãe teve uma notícia que havia de deixar de pagar aluguel, soube que tinha um conjunto entregue em ruínas no governo Mendes de Moraes enquanto ele construía o Maracanã”.*

Portanto, a principal motivação dessa família para viver no conjunto habitacional Dona Castorina era se tornar proprietária de um imóvel. A narrativa do entrevistado converge com as fontes citadas no primeiro capítulo ao atribuir a construção do conjunto ao Prefeito Mendes de Moraes, lembrando a atuação do Estado na remoção de uma favela na Lagoa Rodrigo de Freitas, além disso, menciona os mecanismos utilizados pelo seu pai para se tornar proprietário:

*“Mendes de Moraes sofreu uma pressão na época, foi comentado, sobre os oficiais da Vila Hípica na beira da Lagoa, o qual tinha uma favela tornando um quadro feio a Orla da Lagoa. Aí foram canalizados uns moradores com seu poder aquisitivo, uns para Coelho Neto e outros para a praia do pinto, que muita gente confundia, pensando que era praia do pinto, mas era chamado de favela da Lagoa. Cujas dimensões iam, a extensão iria do clube naval até a Vila Hípica, então, acabaram com a favela da Lagoa, meu pai por exemplo teve que correr atrás de políticos na Câmara para conseguir uma vaga nesse conjunto em ruínas que era na época feito pelo IAPC e não por Estados nem Municípios, IAPC significa (Instituto de Pensão e Aposentadoria dos Comerciantes) depois virou INPS.”*

Esse trecho retoma a retirada de uma favela na Lagoa Rodrigo de Freitas, devido a pressão feita pelos oficiais da Vila Hípica. Provavelmente o entrevistado estava se referindo a vila hípica, que recebia esse nome pela localização. Além

disso, confirma que a sua família não vivia em favela e não foi removida, o seu pai era “banhista” (salva-vidas) e se tornou proprietário de um imóvel no Dona Castorina após a indicação de um político na Câmara.

No primeiro capítulo já foi abordado que os funcionários municipais foram os primeiros removidos, pois eram funcionários da Prefeitura, em seguida foram os demais. Segundo o entrevistado seu pai era funcionário municipal e isso pode ter facilitado a indicação.

*“Meu pai era funcionário estadual, guarda vida, trabalhava em praia na manutenção da vida para que socorresse sempre os afogados, aí ele conseguiu o apartamento, aí cada morador daqui em mutirão era um valão no lugar da rua , todo mundo em mutirão com políticos em campanha fornecendo material de obra prima, areia, cimento, pedra britada , fizeram o que puderam fazer de 1952 a 64. 64 chegou o Lacerda com a promessa de compra para pagar em cento e setenta e poucas mensalidades, cento e setenta e duas , depois poderiam correr atrás da escritura definitiva com o RGI(Registro Geral de Imóveis), o qual eu pelo menos tenho o meu, meu pai deixou de lembrança como herança, vim pra cá com 11 anos e nesse depoimento estou com 76, faço 77 em janeiro.”*

Agora destaca a ausência de estrutura do Dona Castorina entre os anos de 1952 e 1964, mencionado no primeiro tópico, marcado pela atuação das famílias, com o intuito de promover melhorias para o conjunto com o apoio de políticos. Verifica-se, portanto, que o clientelismo político, quando candidatos em campanha ofereciam serviços em troca de votos também esteve presente no Dona Castorina. De acordo com a entrevista, somente em 1964 foram concedidas as escrituras, destoando da data apresentada por Valladares (1978, p.40).

Portanto o Conjunto Dona Castorina não foi construído para receber moradores removidos de favelas. No entanto foi utilizado pelo Prefeito João Carlos Vital para receber os removidos da Vila Hípica. Primeiro foram removidos os funcionários municipais despejados, depois os demais. Além disso, algumas famílias viram oportunidade de conquistar a casa própria e acessaram meios informações para conseguir um apartamento. Indicando que mesmo sem nenhuma garantia, se interessaram pelo acordo proposto pela Prefeitura de terminar de

construir os imóveis e depois tornar-se proprietária do apartamento, sendo reconhecidos mais de dez anos depois por Carlos Lacerda.

Depois de compreender a origem das primeiras famílias do Dona Castorina, o próximo objetivo é identificar com era o convívio entre os moradores no passado e no presente, considerando a sua interação com o bairro do Horto. Para isso o entrevistado responde como era viver no Dona Castorina no início da ocupação.

*“Não, porque era um por todos, não era cada qual pra si, era um por todos e todos por um. Era mutirão mesmo. Havia a sensação de família global, agora não, agora a família é individual, mas na época era interessante, era como se fossem vizinhos de vários lugares que se amontoaram ali e vamos começar vida nova.”*

Durante a entrevista, discorre sobre as limitações presentes no Conjunto no início da ocupação, como a ausência de infraestrutura nos apartamentos e saneamentos básicos. Mas essas limitações incentivavam a atuação coletiva para resolver os problemas. Ação reduzida no presente, pois agora o conjunto possui estrutura adequada.

Em seguida, confirma que não havia rivalidade no Dona Castorina, na infância não observava animosidade entre a sua família e as demais, no presente o convívio permanece cordial: *“As trancos e barrancos aqui sempre foi unido e não teve ainda os problemas, as mazelas que teve no Rio de Janeiro até agora. Aqui ainda é digno de trazer família pra visitar e pra morar”*. Nesse trecho o conjunto apresenta problemas, mas suas qualidades são mantidas, principalmente se comparados à outras regiões do Rio de Janeiro.

Na próxima pergunta, *“sobre o que significa viver no Dona Castorina”*, destaca-se o saudosismo sobre a integração entre as famílias no passado, acompanhado de uma crítica ao atual estágio da população, que ainda precisa se desenvolver:

*“Trinta por cento de esperança de ver um dia progredir e evoluir a população através da instrução global e noventa por cento eu vivo de saudosismo,*

*porque eu estou no meu estágio final. Mas, você gosta de viver aqui? Gosto, porque a nível de coletividade eu gosto, mas o que eu gostaria mesmo e que voltasse aquele clima de um por todos por um, que já não existe mais.”*

Depois comenta a relação com os moradores do entorno. Agora, o convívio citado é mais distante, baseado em retribuições de comportamentos. *“Exatamente o que eu recebo eu devolvo em dobro: Bom dia, boa tarde, boa noite. É uma orquestra sinfônica, oba, vamos ouvir.”*

Ao falar sobre a sua relação com o bairro do Horto, a crítica se torna mais incisiva, indicando desgaste no convívio:

*“O bairro é, eu sou obrigado a falar a minha opinião, não tenho nada com eles, contato com eles, alguns vem (áudio inteligível), alguns filhos eu comprimento, tenha a idade que tiver, mas nunca se esforçaram para resolver o problema deles e o que acontece nas comunidades pobres sem apostila, sem livro, sem cultura, sem aprofundamento nos seus problemas sociais, o que ocorre é que eles estão preocupados com o jogo de amanhã, o carnaval depois de amanhã e o rock in rio que já está chegando, e o problema do conjunto que está com data marcada ou o problema do horto que tá com data marcada, a deixa isso pra depois, essa é a reação do pobre no Brasil”*

Agora o desgaste do coletivismo existente no passado é atribuído à ausência a baixa escolaridade. Essa condição dificulta a resolução dos problemas do conjunto habitacional e é atribuída ao perfil econômico das famílias, que sem acesso à educação preferem se dedicar ao lazer ao invés de resolver os problemas. Esse trecho revela um estigma sobre os moradores do conjunto habitacional, que também pode ser estendido aos moradores de favelas, pois a escolaridade de algumas das famílias é apontada como responsável pela a condição do conjunto habitacional. Mas esse argumento invisibiliza a ineficaz atuação do poder público, responsável pelos problemas presentes nas áreas periféricas, incluindo a dificuldade em acessar a educação.

Agora, o entrevistado responde sobre como é morar no Dona Castorina e apresenta uma nova versão sobre o desejo de recuperar a coletividade do presente.

*“Se você levar sua vida, a minha não serve de base, serve de base para certas vizinhas que eu conheço. É excelente, é o paraíso é o Éden, da seguinte forma: acordou, fez as suas necessidades, direto para o trabalho do trabalho, direto para a faculdade ou escola, seja o que for, voltou, chegou, ficou em casa. Sábado e domingo deu para passear, passear, deu para viajar, um feriado grande, longo, passear, não se misturar nas esquinas, não deixar entrar na sua vida particular”.*

Mais uma vez a valorização da união no passado é substituída pela sua depreciação no presente. Esse trecho revela que o convívio entre moradores deve ser evitado, em detrimento da realização de atividades realmente produtivas, incluindo o lazer que também deve ser aproveitado fora do conjunto habitacional, mostrando a presença de um estigma sobre os desenvolvimentos de relações pessoais no Dona Castorina. Por último atribui o apelido balança a uma forte chuva que ameaçou comprometer a estrutura do Conjunto Habitacional.

A segunda entrevistada menciona que já vivia no local onde posteriormente seria construído o Conjunto Residencial Dona Castorina:

*“Morava aqui mesmo, na época que era uma Chácara, uns barracos, aí a prefeitura veio e tirou, eu fui morar na Barão de Oliveira Castro, que morava a minha irmã, na Barão de Oliveira Castro 58.*

Esse trecho remete à remoção de famílias que tiveram suas casas demolidas para a construção do Conjunto Habitacional Dona Castorina e, segundo a entrevistada, não receberam nenhum auxílio da Prefeitura. Por isso, ela foi viver com a irmã, enquanto outros moradores se deslocaram para a praia do pinto ou para outras favelas na orla da Lagoa Rodrigo de Freitas. Depois explica como sua família chegou ao Dona Castorina:

*“Aí eu tinha um irmão que ficou aqui de vigia, isso aqui inaugurou um ano no dia de São Jorge, foi Mendes de Moraes que inaugurou isso aqui, aí o meu irmão ganhou o apartamento, esse meu irmão já é até morto, aí ele morava com a*

*gente, aí nós viemos para cá e aqui eu estou desde que inaugurou, aqui tem uns 60 anos já.”*

Essa é a segunda vez que é destacada a presença de um intermediário para viver no conjunto. Nesse caso o que permitiu o acesso da família ao Dona Castorina foi o trabalho de vigia do irmão. Portanto a informalidade esteve presente na aquisição dos imóveis nas duas entrevistas, assim como os relatos sobre a estrutura inacabada dos apartamentos:

*“E isso aqui nós recebemos, assim só o esqueleto, sem ter janelas, nós que botamos, ele entregou, veio muita gente da beira da Lagoa, da Praia do Pinto, tem muita gente aqui que veio, mas eu já morava aqui.”*

Os dois entrevistados afirmam que muitas famílias vieram das favelas da Lagoa. Ela menciona a Praia do Pinto, mas no primeiro capítulo foi mostrado que famílias se abrigaram nessa favela após o incêndio, além disso, a favela da vila hípica também estava localizada na orla da Lagoa Rodrigo de Freitas.

Depois disso, a entrevistada recorda que apesar da estrutura inacabada dos imóveis, pagavam taxas e atribui a entrega das escrituras a Mendes de Moraes: *“A gente pagava, era pouco, mas pagamos bastante tempo, depois é que o Mendes de Moraes, acho que foi o Mendes de Moraes que deu a escritura para gente.”*

Carlos Lacerda entregou a escritura definitiva na década de 1960. Mas a construção do conjunto, de fato foi iniciada pelo Prefeito Mendes de Moraes. O conjunto foi ocupado no governo do Prefeito João Carlos Vital.

Apesar das limitações estruturais no início da ocupação, somando ao pagamento de novas taxas, como o aluguel, a entrevistada confirma que sua vida melhorou após a mudança para o Dona Castorina e recorre a estrutura da sua antiga residência, o *“barraco”* para justificar seu argumento.

*“Melhorou né, porque aqui no barraco era um banheiro para todo mundo você imagina né, era muito barraco aqui, e era um banheiro para todo mundo,*

*então, a gente tendo uma casa com banheiro, só melhorou né, graças a deus melhorou muito.”*

Mas a autora revela que a construção dos apartamentos foi finalizada pelos moradores com recursos próprios, sem a contribuição da Prefeitura, apesar disso havia muitas famílias interessadas:

*“É, nós entramos para cá, aí devagar fomos fazendo, cada um foi melhorando os seus apartamentos, botando janela, embolsando (...)Tudo aos poucos, porque a gente não tinha dinheiro pra fazer, mas a gente foi fazendo aos poucos. (...) com recursos próprios, a prefeitura só entregou o esqueleto, sem embolsar, muita gente, muita gente estava querendo, eu morava com a minha irmã, estava muito apertada, então viemos logo para cá, porque quem tivesse pra onde ir, se não tivesse que se virasse, porque o trator veio que veio danado metendo coisa em tudo,(risos) (...) .Aí a prefeitura que veio asfaltar, muito pedido da administração do pessoal que tomava conta da administração e foi aos poucos fazendo, porque não era, não tinha portão, agora que tem, era aberto”.*

Esse trecho remete à atuação das famílias e da administração do Dona Castorina. Segundo a entrevistada, a Prefeitura entregou os imóveis, não participando da conclusão. Apesar disso, a sua primeira resposta confirma que não era difícil viver no Dona Castorina no início da ocupação. Mas, além da ausência de infraestrutura dos apartamentos e saneamento básico, enfrentam a escassez de meios de transporte.

*“Pra mim não era, agora não sei para os outros, porque eu tinha meus filhos, meus filhos trabalhavam, eu também trabalhava, então pra mim não era difícil. Isso aqui o Dona Castorina não tinha nem ônibus, a gente tinha que descer a pé, aliás quando eu vim para cá não tinha nem filho não, a minha filha nasceu aqui nesse quarto aqui, a gente tinha que descer a pé, depois botaram um lotaçãozinho muito coisa, tinha uma fábrica aí em baixo onde é a TV globo que eu trabalhei muitos anos ali na fábrica.”*

Portanto, os dois entrevistados confirmam a presença de problemas relacionados à infraestrutura no passado, mas em seguida destacam como conseguiram superar essa condição, ressaltando os aspectos positivos do Conjunto Residencial. As respostas permanecem positivas para as perguntas sobre rivalidades no Dona Castorina no início da ocupação e sobre a relação com os moradores do entorno, respectivamente.

*“Não, não, graças a deus sempre tive ótimos vizinhos, graças a deus não tive coisa com vizinho e também cada um nas suas casas, também não gosto de tá, mas aqui quaisquer coisas que de os vizinhos tá. (...) é ótima, não tenho inimizade com ninguém, são muito bons vizinhos, a gente não vive um na casa do outro, mas só quando precisa, são ótimos vizinhos, não tenho o que falar de vizinho.”*

Os dois trechos apresentam um convívio marcado pela a cordialidade tanto no passado como no presente. Portanto, para a segunda entrevistada não há descontinuidade na relação entre vizinhos, diferente do primeiro, que gostaria de recuperar a integração entre as famílias presente no início da ocupação. Na pergunta sobre o que significa viver no Dona Castorina, confirma a ausência de violência no Conjunto:

*“Ô minha filha, eu acho que não tem lugar melhor pra morar que aqui, graças a deus é um lugar que você pode sair, entrar, deixar a sua casa aberta que não tem problema.”*

As próximas perguntas sobre a relação com o bairro do Horto e como é morar no Dona Castorina permanecem positivas. Na primeira é citada como exemplo o deslocamento para fazer hidroginástica para o clube da CEDAE, presente no bairro do Horto. Na segunda pergunta ela afirma: *“Pra mim é muito bom filha, sempre morei por aqui, eu nunca morei em lugar mais nenhum, só mesmo por aqui.”*

Mas a entrevistada vivia no terreno onde posteriormente seria construído o conjunto habitacional. Após a remoção passou a viver com a irmã até retornar para o Conjunto. A redução dessa experiência pode identificar a tentativa de se

distanciar desse passado e preservar a conquista que foi mudar-se para o Dona Castorina.

Na última pergunta a entrevistada atribui “balança” a um hábito dos vizinhos, afirma que agora o endereço é Rua Modesto Brocos e prefere que o Conjunto seja chamado pelo seu nome oficial, Dona Castorina.

*“É o povo que bota, que aqui agora é rua modesto brocos 9 e tem os apartamentos, o meu é Rua Modesto Brocos 9, e tem os apartamentos o meu Rua Modesto Brocos 9 é número 5 apartamento 204”. (...) Mas eu nem gosto de colocar, porque aqui não se chama balança, risos, né, aqui não é balança, nem favela, porque se fosse favela, Deus me livre, mas graças a deus não é (...) Tudo, você vê que tem portaria, nem tinha agora tem, depois que entrou essa condomínio(...).”*

A estrutura do condomínio somado à ausência de violência são as principais características utilizada pelos dois entrevistados para distanciar o Conjunto Dona Castorina de uma favela. É possível observar nas duas narrativas que há um estigma sobre favelas, por isso a necessidade de afastá-lo de características que possam aproximá-lo de uma favela, como a violência ou a precariedade na estrutura.

A terceira entrevistada relembra o local onde nasceu, em Muriqui, município de Itaboraí. Aos treze anos mudou-se para o Estado do Rio de Janeiro, no bairro de Laranjeiras. Depois foi viver no Conjunto Habitacional Dona Castorina. Ela não menciona o motivo da mudança para o Rio de Janeiro, mas no decorrer da entrevista recorda que, antes de mudar-se para o conjunto habitacional, vivia na casa em que trabalhava no Jardim da Saudade no bairro do Jardim Botânico. Ao ser indagada sobre a sua profissão, afirma que era do lar, entende-se que trabalhava como empregada doméstica.

A entrevistada foi viver no Conjunto Habitacional após o casamento, porque o seu marido tornou-se proprietário de imóvel depois da remoção:

*“Antes eles moravam ali na beira da Lagoa, parece que tinha uns apartamentos, umas casas, que não podia (...) Não podia ter casa ali de jeito*

*nenhum, então aquilo ali foi abaixo, aí os moradores, isso aqui ainda estava construindo, estava tudo em Tijolo ainda.”*

Em seguida, retoma a narrativa dos demais entrevistados, citando a ausência de infraestrutura no Conjunto Residencial Dona Castorina.

*“É como eu já falei, antes a gente morava ali na beira da Lagoa, mas ali não podia ter casa, parece que eram uns barraquinhos que tinham, aí esse conjunto aqui estava no tijolo ainda, aí as pessoas vieram moram aqui, cada um foi fazendo a sua melhoria.”*

A remoção de uma favela na orla da Lagoa Rodrigo de Freitas, unida à precariedade da estrutura encontrada no Dona Castorina, indica que o marido da entrevistada provavelmente foi removido da vila hípica para o Dona Castorina. Depois retoma os problemas existentes passado, como a ausência de saneamento básico, coleta de lixo e pavimentação em oposição a atual estrutura do Dona Castorina para indicar como a sua vida melhorou após a mudança para o Conjunto.

*“Porque antes tinha uma caçamba de lixo que fica atrás, era um horror, hoje em dia não, hoje em dia tem coleta pública, puseram asfalto na rua, era daquela, como é que chama, tijolino, né, era de tijolo, agora não, agora tá asfaltado.”*

Portanto concorda com os demais entrevistados, ao afirmar a ausência de infraestrutura no início, além de destacar o trabalho de cada família para concluir a construção do apartamento:

*“No início, bem o seu Osvaldo, meu falecido marido veio primeiro morar aqui aí o apartamento ainda estava em Tijolo, aí como ele trabalhava nesse serviço de estivador, aí foi arrumado, aí foram organizado tudo direitinho, aí tá o que tá hoje, aqui era um quarto pequenininho, aqui era o meu quarto, ali ficavam os meus filhos, ali ficava o quarto do casal, quando a minha filha veio morar aqui eu fiz um quarto lá atrás e fiquei no meu quarto, aí depois a minha outra filha*

*também casou, ficou viúva, o marido dele fez também uma casinha para eles, ele infarto.”*

Esse trecho indica a expansão dos imóveis, conhecido como “*puxadinho*”. Diferentemente dos primeiros conjuntos habitacionais construídos na Zona Oeste na década de 1960, por Carlos Lacerda, onde a planta destinava espaço para a construção de mais um cômodo. No Dona Castorina não havia espaço para ampliação, cabe ressaltar, que o apartamento de Clementina é no térreo, por isso foi possível expandir. Depois volta a mencionar os problemas presentes no início da ocupação em contraste com a atual estrutura do condomínio:

*“No início era muito ruim, era muito ruim, eu quando me casei, tinha que pisar na lama, porque não tinha, ainda era a vala de “agrião”, isso aqui era um pântano de “agrião”, na época, agora não, agora melhorou muito, tem guarita, meu filho, Osvaldinho trabalhava à noite e tem outro que trabalha durante dia, tem Paulo, tem Nilson, tudo da limpeza, meu filho é da portaria.”*

Esse trecho indica o contraste entre memórias, marcada por problemas no passado, como a ausência de saneamento básico, que foram resolvidos no presente, que pode ser observada a partir da atual estrutura do conjunto Habitacional. Mas no decorrer da entrevista, cita um episódio não mencionado pelos demais moradores entrevistados: uma enchente. Cabe ressaltar que o seu apartamento é próximo à encosta, por isso, provavelmente foi mais afetado.

*“Hum, nem queira saber, foi uma coisa horrorosa, quantas vezes eu fiquei presa sem poder pisar, porque chovia muito, a água entrando, saia aqui na porta da frente, ai depois todo mundo foi fazendo melhoria, melhoria, a minha filha ela teve um AVC né, minha filha caçula, ele teve um AVC, mas ela se trata né, outro filho teve febre reumática, eu sempre fui uma pessoa de correr atrás do prejuízo, seu Osvaldo na época trabalhava, ganhava pouco, o que que eu fazia tinha que trabalhar para ajudar né, eu lavei até roupa pra fora, coisa que eu nunca fiz na minha vida.”*

Esse episódio lhe faz lembrar a dificuldade do seu marido para manter as despesas da família. Não é possível compreender se era esporádico. Apesar disso, assim como os demais entrevistados, confirma que as prestações não comprometem o orçamento: *“A ele comprou, eu tenho escritura, tenho tudo, na época ele comprou baratinho, mas tá tudo quitado já, eu tenho escritura tudo direitinho”*.

A próxima pergunta pretende verificar se outras famílias deixaram o Conjunto Habitacional por dificuldades de pagar essas taxas. Ela destaca que somente a filha de um antigo proprietário deixou o conjunto habitacional por dívidas do condomínio. Depois disso, sua narrativa destoa dos demais entrevistados. Ao ser indagada sobre o que significa viver no Dona Castorina, retoma um episódio de violência não citado pelos demais:

*“A lembro... uns bandidos vieram aqui procurando um rival, ele matou a pessoa que eles procuravam, ele morreu ali na mercearia, a mercearia não era da Dona Ivone não, era da dona Antônia, ela a pouco tempo “dormiu na morte” também, falecido seu Dudu, Francelina também e por aí vai. Aí os moradores que vieram morar aqui foram fazendo melhorias e hoje está como está.”*

Além de um momento de insegurança, esse trecho revela que diferente dos demais entrevistados, essa narrativa não pretende afastar do Dona Castorina estigmas que possam aproximá-lo de um Conjunto Habitacional ou de uma favela, que é confirmada na sua avaliação sobre o convívio com os vizinhos. Ao relembrar a rivalidade com uma vizinha, mas confirma que agora os moradores do entorno são uma família, diferente do primeiro entrevistado, não faz críticas ao desenvolvimento do atual convívio social do Conjunto Habitacional.

Mas, ao pensar nessas transformações, sua narrativa mais vez retoma a presença de violência, dessa vez com a presença de bandidos no início da ocupação, mas não é possível compreender qual era a atividade ilícita praticada por eles. O trecho destacado também remete a um espaço conservado nos Conjuntos Habitacionais, as mercearias, também conhecidas como biroskas.

Destinadas a antigos comerciantes das favelas removidas. Esse é o único espaço comercial do Dona Castorina.

Depois confirma que agora está mais fácil viver no Conjunto Habitacional. Porém, a idade limita o deslocamento pelo o bairro do Horto, sua principal atividade agora são os encontros na igreja. Mas, um dos seus filhos participa da entrevista nesse momento e confirma a facilidade para se deslocar pelo bairro. Essa narrativa resgata o passado: as escolas frequentadas no Horto e atividades extraescolares como as visitas à Vista chinesa, a Mesa do Imperador, Jardim Botânico e Parque Laje. Em seguida, Clementina confirma que todos os filhos frequentaram a escola, mas nem todos concluíram o Ensino Médio.

A narrativa permanece positiva na pergunta sobre como é viver no Dona Castorina, indicando o desenvolvimento do conjunto habitacional no presente.

*“É bom, porque antigamente tinha uma lixeira ali do lado onde tem a administração hoje, poxa aquela lixeira ali era um horror, agora não, tem limpeza pública (ininteligível) as caçambas.”*

O seu filho participa novamente da entrevista para indicar a colaboração entre a administração do condomínio e políticos, principalmente durante as eleições para promover serviços para o Conjunto Habitacional. Esse relato relembra a narrativa do primeiro entrevistado, que aponta a participação de políticos em campanha no início da ocupação, mas, segundo o entrevistado, essa atuação esporádica de políticos permanece no presente.

No fim destaca que o Conjunto Habitacional Dona Castorina também recebe o nome de balança porque há um edifício na Central do Brasil, no Centro do Rio de Janeiro que recebeu o mesmo apelido. Balança mais não cai era um programa humorístico exibido pela a rádio nacional nos anos 1950, depois transmitido pela a rede globo.

O próximo entrevistado viveu na favela da Catacumba na Lagoa Rodrigo de Freitas, até os oito anos, em um terreno pertencente à família. Depois do casamento seus pais preferiram mudar-se para o conjunto habitacional Dona Castorina.

*“Olha meu pai dizia que ele trabalhava e alguém comentou com ele que tinha imóveis aqui, que o local era um local muito bom, mas não tinha ainda infraestrutura nenhuma, mas ele achou melhor vim(sic) pra cá do que continuar lá na Lagoa, onde já se formava uma favela que depois foi retirada, se eu não me engano no ano de 1972, pelo governo do Estado, aonde(sic) os moradores foram levados para vários locais como Quitumbo, na Penha ,como Guaporé na Penha, e algumas pessoas para a Cidade de Deus.”*

De acordo com esse trecho, o entrevistado chegou ao Dona Castorina na década de 1970, marcada pelo autoritarismo dos governos militares que impedia a resistência dos favelados removidos de favelas. Havia um projeto nacional que recebia incentivos do Governo Federal, com a criação do BNH (Banco Nacional de Habitacional), responsável por alavancar o financiamento da construção civil, com foco em moradias populares, contou o recurso do a criação FGTS (Fundo de Garantia por tempo de Serviço). (Valladares,1978,p.25)

Mas de acordo com a sua narrativa, a saída voluntária da sua família antecedeu a retirada das favelas da Orla da Lagoa Rodrigo de Freitas, portanto não foram removidos. Assim como para os demais entrevistados, viver no Dona Castorina mais uma vez é citado como uma oportunidade e a ausência de estrutura não limita a chegada de novas famílias.

*“Vieram algumas pessoas para cá sim, mais ou menos umas oito famílias na época, mas não por causa da saída da favela, as pessoas começaram a vir para cá antes da favela sair, quando casavam já saíam de lá e procuravam imóveis aqui e conseguiam alugar aqui.”*

Diferente do primeiro e da segunda entrevistada, este não cita nenhuma indicação ou relação entre a profissão do pai comerciante, vendedor e a nomeação para se tornar proprietário de um imóvel no Conjunto Habitacional:

*“É, não sei se foi na igreja onde ele frequentava na Barão da Torre a primeira igreja Batista de Ipanema, não sei se lá, alguém comentou que aqui tinha imóveis e era barato na época, já que não tinha muita infraestrutura na época e*

*esse conjunto aqui foi feito praticamente para banhistas e policiais, mas muita gente não queria ficar aqui, porque não tinha infraestrutura e repassavam para outras pessoas, eu acho que foi nessa situação que o meu pai conseguiu esse imóvel.”*

Agora, o entrevistado traz duas novas informações. A primeira refere-se à preferência de policiais e “*banhistas*” (salva-vidas) e a segunda sobre o repasse de imóveis pela a COHAB (Companhia de Habitação Popular), responsável pela construção e distribuição dos imóveis. Valladares (1978,p.77) aponta que processo se torna recorrente, porque os moradores que não conseguiam arcar com as taxas do Conjunto Habitacional ou não desejavam permanecer no local e viam nesse mecanismo uma oportunidade de transferir o seu direito para outro, e partir disso retirar algum lucro. Mas a COHAB deveria participar do processo de concessão do imóvel, regulado pela cobrança de uma taxa. (Valladares,1978,p.77)

Em seguida, relembra que um dos prédios do Dona Castorina até recebia o apelido de bloco dos “*banhista*” devido à presença majoritária desses profissionais, que eram funcionários públicos:

*“Lá atrás. De frente para a mata no meia oito, lá era considerado, eles falavam bloco dos banhistas, porque quase todos os moradores eram oriundos da praia, eram banhistas ou pescadores, então eles falavam bloco do banhista e o único que não era, o meu pai praticamente não tinha nenhuma ligação com praia, nem com pesca, nem com a parte de segurança.”*

Cabe ressaltar que a presença desses profissionais estava relacionada ao fato de serem funcionários municipais. Em seguida, menciona como a sua vida da sua família melhorou após a mudança para o Dona Castorina. Para justificar compara a estrutura do Conjunto Habitacional com a da favela e cita o desenvolvimento de relações pessoais. Mas, essa narrativa acrescenta uma nova perspectiva sobre a saída voluntária da favela após o casamento dos pais:

*“É depois a favela saiu, foi desapropriada e a gente acabou tendo que sair junto com a favela, mas eu acho que melhorou, porque tinha mais infraestrutura, ele começou a fazer amizade, as pessoas a fazer amizade com todo mundo, então ficou uma coisa mais fácil, vários parentes dele também vieram morar aqui, que ainda se encontram aqui até hoje, então ficou mais fácil para morar aqui.”*

Nesse trecho a palavra desapropriar remete à retirada da favela, mas a remoção não é enfatizada. Para entender esse processo é necessário perguntar como viviam na favela, se pagavam aluguel ou não.

*“Não porque o terreno era do meu avô, até hoje a gente recebe IPTU de lá, porque tanto que quando tiraram a favela da catacumba nós fomos avisados que não sairíamos de lá, a casa dos meus familiares foram marcadas com um X vermelho, que seriam as casas que não seriam demolidas, mas no final acabaram sendo demolidas e nós ganhamos uns três imóveis lá na Penha, Quitungo, mas nós não ficamos lá, deixamos lá e viemos morar aqui. Meu avô comprou uns imóveis aqui e a gente veio para cá.”*

Agora, torna-se evidente que a família foi removida, as casas marcadas com o X eram selecionadas, depois demolidas e as famílias transferidas para um Conjunto Habitacional na Penha. Diferente da segunda entrevistada, aqui a remoção da família é transformada em saída voluntária. Isso pode ser atribuído a sua idade, ainda criança ou aos mecanismos dessa família para resistir. Para Valladares (1978,p.77) a transferência de imóveis pode ser entendida como um meio de resistir, pois as famílias obtinham algum lucro com a transferência, e em outros casos repassavam imóveis porque não podiam mais pagar as prestações. Portanto a família desse entrevistado foi removida da favela da Catacumba para o Conjunto Habitacional Quitungo na Penha, mas por meio da transferência de imóveis conseguiu um apartamento no Dona Castorina:

*“O que o meu avô comprou não, porque ele comprou diretamente do proprietário, então as pessoas já vendiam diretamente, eram uns imóveis da COHAB, que você não precisava comprar na COHAB, comprava com quem já*

*morava no local, entendeu, então a gente tinha uma situação financeira boa, então os imóveis que ele comprou aqui ele comprou diretamente com o proprietário.”*

Depois disso, confirma que sua família não enfrentou dificuldade para pagar as prestações do imóvel. Na sua narrativa não aparecem famílias que deixaram de pagar as prestações no passado, somente no presente.

*“Agora há pouco tempo tiveram pessoas que perderam o imóvel por dívida no condomínio, dívida de condomínio e dívida de IPTU, teve alguns imóveis que foram a leilão e foram até adquiridos por pessoas que já moravam aqui e que já tinham imóveis próprios e conseguiram adquirir através do leilão os imóveis de outros moradores que infelizmente tiveram que sair do local, porque acabaram perdendo o imóvel que o próprio condomínio colocou na justiça e acabou tendo esse leilão que as pessoas quase ninguém ficou sabendo e infelizmente foi uma coisa muito triste para as pessoas.”*

Depois relembra como a sua família fez para se organizar no início da ocupação. Mas, diferente dos demais entrevistados, não enfatiza a precariedade de infraestrutura do Dona Castorina, como a construção inacabada dos apartamentos e a ausência de saneamento básico, pelo contrário, cita que os imóveis já estavam ocupados e não tinham muito valor, como exemplo destaca a autonomia para das famílias para trocar os apartamentos entre si e expandi-los.

*“Bom, quando nós chegamos já estavam os imóveis ocupados só não tinham muito valor, um trocava, a não quero morar no terceiro andar, trocava com o que morava com o primeiro, os primeiros andares eram os imóveis que tinham mais valor, hoje é o contrário, hoje quem mora no terceiro andar é o imóvel que tem mais valor, porque as pessoas acabam destelhando o prédio e fazendo puxada, varanda, quarto andar, quinto andar e que agora a prefeitura está notificando para que legalize as obras que foram feitas.”*

Depois discorre sobre o desenvolvimento de relações pessoais entre a sua família e os demais moradores, indicando a presença de um estigma no início da ocupação:

*“Primeira igreja Batista de Ipanema da Barão da Torre trinta e cinco. Então tinha aquele problema que vai vim morar uma gente da igreja, a são gente de favela. No começo a gente achou assim, tiveram uma resistência, mas com o passar do tempo eles viram que não tinha nada a ver com aquilo com a gente nós fomos bem aceitos e graças a Deus nunca tivemos problema nenhum com os moradores e sempre fomos muito bem aceitos aqui.”*

A partir desse trecho, é possível identificar um estigma sobre os moradores de favelas. Cabe ressaltar que o Conjunto não foi construído para receber favelados removidos, pois os programas de habitação social na década de 1950 visavam contemplar os trabalhadores favelados. Mas a extinção da favela da Vila Hípica forçou a Prefeitura a compensar os favelados, transferindo-os para o Dona Castorina, que hoje é um local estruturado, mas no início se apresentava como um espaço totalmente inadequado para a habitação. Portanto, famílias com identidades distintas passaram a viver no mesmo local. Para Burgos (2004,p.38) dissolver a identidade de favelado era um dos objetivos da remoção na década de 1960, porque acabava a união dos favelados em torno das mesmas reivindicações. Apesar de anteceder essa década, esse processo também pode ser observado no Dona Castorina. Mas nesse caso, pode-se atribuir a redução das memórias que relacionam o conjunto com uma favela devido a presença de um estigma.

Depois o entrevistado relembra a chegada ao Conjunto Habitacional e discorre sobre a sua relação com os moradores do entorno, indicando que a sua profissão facilitou a sua aproximação das demais famílias do Conjunto Habitacional.

*“Eu me dou muito bem com todo mundo, sou conhecido, todo mundo gosta muito de mim até porque eu trabalhava na prefeitura, então as pessoas qualquer coisa que precisavam aqui da comunidade, a minha casa virou uma continuação da prefeitura, então qualquer problema que tinha, qualquer coisa que precisava, se precisasse de orientação de obra, se podiam fazer obra, se podiam cortar uma*

*árvore, se podiam fazer uma festa junina, eles antes passavam aqui em casa para que eu orientasse e depois eles tomavam as atitudes.”*

A narrativa permanece positiva na pergunta sobre o que significa viver no Dona Castorina, exceto sobre o tamanho dos imóveis no terceiro andar, que não puderam ser expandidos:

*“Olha, eu gosto muito daqui, eu não sairia daqui para morar num local que tivesse as mesmas coisas daqui, a única que coisa que eu gostaria de ter aqui era mais organizado e um imóvel um pouquinho maior, eu não gostaria de sair daqui para morar em lugar nenhum, adoro isso aqui, amo isso aqui, mesmo que vá para outro lugar que eu viaje eu fico doido para voltar para cá.”*

Além disso, há uma crítica à organização do condomínio, que se torna mais evidente quando menciona a mercearia, espaço presente no conjunto desde a sua fundação.

*“É pouco moradores, som alto é uma coisa que incomoda, às vezes pessoas que falam muito alto que acham que não incomoda, tem uma mercearia no final do conjunto que popularmente sempre foi chamada de birosca, mas é uma mercearia ali, que ajuda muito as pessoas para comprar coisas pequenas, falta um óleo, falta molho de tomate, falta um refrigerante, um queijo, quebra galho, só que as pessoas que bebem acham que ali é um local que elas podem gritar, que elas podem xingar e colocar som alto e se você reclamar você escuta que isso aqui é uma birosca, não é assim, não é assim, ali é um local que você tem que respeitar.”*

Depois sua narrativa discorre sobre a relação com o bairro do Horto e retoma a dificuldade para se deslocar tanto no passado como no presente, mas retoma o passado recente, diferente dos demais entrevistados.

*“... então tinha um ônibus, o 409 que ia direto para o Centro e outro que ia para o lado de Copacabana, que ia o 558, e tinha outro que ar o quinhentão que descia a Pacheco contornava atrás do hospital da Lagoa e subia até onde é o ponto final do 409. Então quem quisesse ficar só até o hospital da Lagoa podia*

*pegar o quinhentão, que também com tempo acabou e hoje a gente só encontra uma condução para o centro da cidade que é o 409.”*

No fim da entrevista, confirma que o Dona Castorina é um ótimo lugar para se viver, principalmente para as crianças:

*“Ótimo! Para as crianças é muito bom morar, tem todos os problemas, mas é um local que as crianças brincam a vontade, é um local que um morador toma conta do filho do outro, se vê fazendo alguma coisa chama a atenção, se vê mexendo em alguma coisa chama atenção, onde as crianças brincam de bicicleta, não tem mais aquelas brincadeiras antigas do meu tempo, que era carinho de rolimã, não tem mais pipa, pião, bola de gude. Isso a gente quase não vê mais, mas as crianças aproveitam muito ainda, muito, muito. Nas férias isso aqui é uma loucura.”*

Encerra a entrevista afirmando que não sabe o motivo do Dona Castorina também ser conhecido como balança.

O último entrevistado tinha apenas seis meses quando sua família saiu da rua Adalberto Ferreira, próximo à favela Praia do Pinto para viver no Conjunto Habitacional Dona Castorina. Ele ressalta que não viviam na Favela e sim nas suas margens em uma casa de madeira. Mas a estrutura da sua casa indica que provavelmente vivia em uma favela. Portanto, mais um entrevistado que tenta se afastar do passado na favela. Mais uma vez tornar-se proprietário de um imóvel aparece como a motivação para viver no Dona Castorina.

Em seguida, menciona que o apartamento foi vendido pela COHAB, as prestações financiadas por trinta anos, mas não aponta os meios acessados pela sua família para ser selecionada. Depois disso, destaca que o seu pai era funcionário da limpeza urbana, funcionário público. Outros entrevistados mencionam que o Conjunto Habitacional foi construído para receber funcionários públicos, principalmente policiais e banhistas(salva-vidas). Mas, nesse caso, o entrevistado não estabelece uma relação entre a nomeação da sua família e a profissão do seu pai. As fontes destacadas no primeiro capítulo e as narrativas dos entrevistados apresentam a preferência pelos funcionários municipais em um

conjunto de propriedade da Prefeitura. Mas segundo o entrevistado, a família comprou o apartamento da COHAB, órgão criado por Carlos Lacerda na década de 1960, portanto não ingressaram no conjunto no início da ocupação. Sua narrativa, no entanto, converge com a dos demais entrevistados, mas ao invés de atribuir a distribuição dos apartamentos inacabados à Prefeitura, responsabilizou a COHAB:

*“... porque eu não sei, só sei que a CEHAB construiu, largou do jeito que estava e saiu vendendo, porque a obra, foi entregue do jeito que tava e foi aceitado do jeito que tava. Era da CEHAB na época, na época COHAB, então pelo o que meu pai conta eles foram se reunindo, as pessoas que aceitaram, que era pedreiro, sabe cada um trabalhava com uma coisa e um foi ajudando o outro foram emboçando, foram fazendo as coisas.”*

Esse trecho também retoma a narrativa do primeiro entrevistado, mostrando a cooperação entre os moradores para melhorar a estrutura do Conjunto Habitacional. Atuaram inclusive para criar uma escola, pois não havia nenhuma próxima ao Dona Castorina:

*“Educação básica, eles criaram umas escolinhas de madeira que tinha umas professoras, era um barraco, aquele barraco era uma escola, eu estudei ali, aquilo foi uma escola também, isso aí eu já lembro, eu era bem pequeno, mas na idade de 6 anos.”*

A notícia publicada no diário de em 1959 mostra que não havia escolas no Dona Castorina, mas o Clube Desportivo cedeu espaço durante a manhã para o funcionamento de uma escola primária:

*“João Cordeiro, Luís da Conceição Marinho, José Pinheiro e Jorge da Silva (componentes da comissão) checarem que a escola municipal que funcionava no Conjunto Residencial Dona Castorina (Jardim Botânico), não foi transformada em clube de jogo. Ao contrário, A União Desportiva Castorina, que é um clube de futebol, colaborando com as autoridades da Prefeitura, cedeu sua sede das 7 às 12*

*hora, diariamente, para o funcionamento de uma escola primária, única, aliás existente no conjunto.*”<sup>17</sup>

Depois desse trecho, o entrevistado volta a afirmar que a vida da sua família melhorou com a mudança para o Conjunto Habitacional, pois se tornaram proprietários de um imóvel. Em seguida, ressalta que o Dona Castorina é um dos melhores lugares para viver no Rio de Janeiro devido à ausência de violência. Encerra a sua narrativa, confirmando o bom relacionamento com os moradores do bairro do Horto e crítica a atual remoção das comunidades pertencentes ao Jardim Botânico.

O conteúdo dessas entrevistas revela, que quatro de cinco entrevistados viviam em favelas. Mas somente a segunda entrevistada atribui a mudança do marido para o conjunto em consequência da remoção de uma favela. Os demais citam meios informais para conseguir um apartamento entregue em “ruínas”, como o contato com um político, participar da construção na segunda entrevistada, concessão de direito apontado pelo quarto entrevistado ou devido a profissão, no caso do último entrevistado. Esse passado de dificuldade foi superado pelos moradores, que hoje vivem satisfeitos no Dona Castorina. Apesar disso, observa-se um traço comum na narrativa de todos os entrevistados - a tentativa de afastar do Dona Castorina características que o aproximem de uma favelas -, seja através da atual estrutura, como a segurança, ou por meio da dificuldade de reconhecer que a própria história de ocupação foi consequência da remoção de uma favela. A terceira entrevistada, no entanto, foge desse estigma, ressaltado a presença de violência do conjunto, além de atribuir o nome balança a referência de outro conjunto também chamado de balança, na Central do Brasil, no Centro do Rio de Janeiro.

Mas na verdade balança é derivado do programa “*balança mais não cai*” que “*se baseava nos moradores de um decadente edifício-cortiço, como os muitos erguidos devido à crise habitacional que o Rio de Janeiro, na época capital federal, atravessava no início dos anos 1950*”.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup>Diário de Notícias, Foi o clube que deu sede para a escola, Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1959.

<sup>18</sup><https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/humor/balanca-mas-nao-cai/>

## 4 Conclusão

A pesquisa sobre a história da ocupação do Dona Castorina, ocupado após a extinção da favela Vila Hípica, na Lagoa Rodrigo de Freitas, permitiu uma breve investigação sobre a história das favelas na década de 1950, indicando que havia um projeto municipal interessado em removê-las no Distrito Federal. Mas o governo democrático impediu que o autoritarismo empregado na remoção da Vila Hípica se estendesse para favelas maiores. Pois cabia à Prefeitura se responsabilizar pela transferência dos favelados despejados, construindo novas habitações. Em alguns casos citados no desenvolvimento da pesquisa, até foi possível burlar a Lei, edificando habitações em novas favelas ou transferindo para locais sem estrutura para a ocupação, como o Dona Castorina.

Porém, diante da ausência de recursos foram adotadas medidas paliativas, principalmente com a inserção de órgãos municipais nas favelas. Por isso uma parcela dos historiadores destaca a flexibilização na política das favelas, indicando a ausência de um projeto de extinção. De fato, foi reduzido o número de favelas removidas na década de 1950. Mas foram conservados os dispositivos que as mantinham como território irregular, passível de remoção. Portanto, seria mais adequado afirmar que o projeto de “*tolerância as favelas*” se sobrepôs ao projeto de remoção, que nunca foi desconsiderado, mas não foi colocado em prática devido à ausência de recursos, retornando apenas na década de 1960, com o investimento dos Estados Unidos.

Junto a isso foi apresentada a história das primeiras famílias a ocupar o Dona Castorina. Indicando a convergência entre as fontes apresentadas no primeiro capítulo e as narrativas apresentadas pelos entrevistados, como a precariedade das habitações, a remoção de uma favela na Lagoa Rodrigo de Freitas, a união entre as famílias para resolver os problemas de estrutura do conjunto. Portanto, a remoção de favelas está diretamente ligada à história da

ocupação do Dona Castorina, assim como as narrativas dos entrevistados que chegaram depois da década de 1960, que também viviam em favelas. Apesar disso foi observada uma tendência ao afastamento desse passado, que tentar distanciar do Dona Castorina aspectos que possam aproximá-lo de uma favela, indicando a presença de um estigma.

## 5

### Fontes

#### **Periódicos:**

A Luta Democrática (1965)

A Manhã (1950-1959)

Correio da Manhã (1950-1959)

Diário Carioca (1950-1959)

Diário de Notícias (1950-1959)

Diário da Noite (1950-1959)

Jornal do Brasil (1950-1959)

O Jornal (1950-1959)

O Malho (1950-1959)

Tribuna da Imprensa (1950-1959)

#### **Fontes Digitais:**

[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/angelo\\_mendes\\_de\\_morais](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/angelo_mendes_de_morais)

[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/joao\\_carlos\\_vital](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/joao_carlos_vital)

## 6

### Referências Bibliográficas

BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação social do Brasil, Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. 5 ed, São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BURGOS, Marcelo. *Dos parques proletários ao Favela-Bairro as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. *In: ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba (Org.) Um século de Favela*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. 4ª edição. p. 25-58.

GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro História e Direito*. Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC- Rio, 2013.

SILVA, Maria Lais Pereira da. **Favelas Cariocas (1930-1964)**. Rio de Janeiro, 1 ed, novembro de 2005. editora contraponto.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma Casa: Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro.** ZAHAR EDITORES, 1978, Rio de Janeiro.